

L E I Nº 1.399/80

Data: 21 de novembro de 1980.

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 1981.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 1981, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa e despesa em Cr\$ 125.320.000,00 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros).

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1 – RECEITAS CORRENTES Cr\$ 121.547.600,00

Receita Tributária Cr\$ 21.156.600,00

Receita Patrimonial Cr\$ 20.000,00

Receita Industrial Cr\$ 29.000,00

Transferências Correntes Cr\$ 97.692.000,00

Receitas Diversas Cr\$ 3.772.400,00

1.2 – RECEITA DE CAPITAL Cr\$ 3.772.400,00

Alienação de bens móveis e imóveis Cr\$ 20.400,00

Transferência de Capital Cr\$ 3.752.000,00

Artigo 3º - A Despesa será realizada segundo discriminação constante dos quadros que integram esta Lei, e terá o seguinte desdobramento:

1 – DESPESAS POR FONTE DE RECURSOS

1.1 – Programação à conta de recursos do Tesouro Cr\$ 92.910.000,00

1.2 – Programação à conta de recursos de outras fontes Cr\$ 32.410.000,00

125.320.000,00 Total da Despesa por fontes de recursos Cr\$

2 – DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1 – ÓRGÃO LEGISLATIVO Cr\$ 4.402.000,00

Câmara Municipal Cr\$ 4.402.000,00

2.2 ÓRGÃO EXECUTIVO Cr\$ 120.918.000,00

Executivo Municipal Cr\$ 3.842.000,00

Departamento Administrativo Cr\$ 9.193.460,00

Departamento da Fazenda Cr\$ 10.847.284,00

62.795.000,00 Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$

Departamento de Educação e Cultura Cr\$ 30.337.800,00

Departamento de Saúde e Serviço Social Cr\$ 3.902.456,00

TOTAL: Cr\$ 125.320.000,00

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da Receita, de acordo com o artigo 67 da Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969.

Artigo 5º - Os órgãos da administração indireta e Fundações instituídas pelo Município, terão, na forma da Lei, Orçamentos próprios e elaborados pelos respectivos órgãos de deliberação coletiva e aprovados por Decretos do Chefe do Executivo Municipal, sendo que a Receita será formada pelas rendas próprias, contribuições Municipais, Estaduais, Federais e outras receitas correntes e de capital, e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação adotada para o orçamento geral do Município.

Parágrafo Único – Os orçamentos próprios de que trata este artigo, poderão ser suplementados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, servindo como recurso os constantes do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares nos limites e com as seguintes finalidades:

I – Para atender despesas vinculadas à Receita, até o limite do excesso de arrecadação efetiva da Receita a que estiverem vinculadas.

II – Para atender quaisquer despesas até o limite de 30% da despesa orçamentária , servindo como recurso os constantes do artigo 43, da Le nº 4320, de 17 de março de 1964. Instituídas pelo Município, até o limite de 20% das dotações consignadas nos respectivos orçamentos, a título de transferências correntes e de capital a favor das mesmas, servindo como recurso as fontes de 17 de março de 1964.

Artigo 7º - A fim de manter atualizados os custos orçamentários de projetos e atividades, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por Decretos, a compensação entre fontes de recursos ordinários e vinculados, que custeiam os programas de trabalho, quando a arrecadação dos vinculados ocorrer de modo diferente da previsão.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 21 de novembro de 1980.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal